


Educar para a diversidade: formação inicial de Educadores Sociais Voluntários no contexto da educação inclusiva

Educating for diversity: initial training for Volunteer Social Educators in the context of inclusive education

 Fabiola Gomide Baquero Carvalho *
Clarissa Papa Vila Verde **
Marina Soares Nunes ***
Patrícia Nazário Feitoza Duarte ****

Recebido em: 23 maio 2025
Aprovado em: 20 ago. 2025

Resumo: Este artigo apresenta o relato de experiência sobre a construção e a oferta do primeiro curso de formação para Educadores Sociais Voluntários (ESVs) no Distrito Federal, promovido pela EAPE em fevereiro de 2025. A formação foi desenvolvida em resposta à promulgação da Lei nº 7.621/2024 e da Portaria nº 1.762/2024, que instituem o Programa Educador Social Voluntário. O curso, com carga horária de 30 horas e oferecido no formato autoinstrucional, teve como objetivo preparar os voluntários para atuar no apoio a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA), síndrome de Down, migrantes e indígenas, no contexto da educação em tempo integral e inclusiva. Um dos eixos centrais da ação formativa foi o enfrentamento ao capacitismo, promovendo a empatia, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade. A avaliação realizada por 4.575 cursistas revelou alta taxa de aprovação, mas também apontou desafios como o acesso limitado à tecnologia, a demanda por maior aprofundamento temático e as contradições do caráter voluntário do programa frente ao perfil sociodemográfico dos participantes. O estudo reforça a importância da formação continuada, do suporte pedagógico e do monitoramento das condições de atuação dos ESVs, com vistas à construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e equitativas.

Palavras-chave: Autismo. Apoio escolar. Voluntário. Educação inclusiva.

Abstract: This article presents an experience report on the planning and hosting of the first training course for Volunteer Social Educators (ESVs) in the Federal District, promoted by EAPE in February 2025. The training was developed in response to the enactment of Law Number 7.621/2024 and Legislation Number 1.762/2024, which established the Volunteer Social Educator Program. The course, which lasted 30 hours and was offered in a self-instructional format, aimed to prepare volunteers to support students with disabilities, Autism Spectrum Disorder (ASD), Down's Syndrome, migrants and indigenous people, in the context of full-time and inclusive education. One of the central axes of the training action was tackling ableism, promoting empathy, respect for differences and valuing diversity. The evaluation was carried out by 4.575 course participants and revealed a high approval rate but also pointed out challenges such as limited access to technology, the demand for more in-depth study of topics and the contradictions of the voluntary nature of the program in relation to the participants' sociodemographic profile. The study reinforces the importance of continuing training, pedagogical support and monitoring the conditions in which ESVs operate, with a view to building fairer, more inclusive and equitable public policies.

Keywords: Autism. School support. Volunteer. Inclusive education.

* Gestora de Políticas Públicas na SEEDF, desde 2012. Graduada em Psicologia pelo UNICEUB – DF. Possui especialização em Psicopedagogia e Educação para os Direitos Humanos. Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília. Doutora em Inovação e Equidade em Educação pela Universidade de Cantábria Espanha. Coordenadora Geral do Núcleo de Formação da Modalidade de Educação Básica na EAPE. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Formação Continuada: Educação Inclusiva, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Bilingue para Surdos e Socioeducação (GEPEI- CAEBS) – CNPQ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6024-634X>

** Educadora física formada pela Universidade Católica de Brasília, com especialização em Gestão de Pessoas e atuação na liderança de equipes e desenvolvimento humano. Acumula mais de dez anos de experiência em sala de aula e cinco anos na coordenação de programas esportivos na Secretaria de Educação, com foco em inclusão, cidadania e desempenho escolar. Possui domínio de tecnologias aplicadas à educação e à gestão.

*** Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (2022) e mestre em Linguística Aplicada pela mesma universidade (2009). Graduada em Letras – Inglês (Licenciatura – 2005), servidora pública lotada na Secretaria de Educação do Distrito Federal desde 2013. Tem mais de 20 anos de experiência em ensino de Inglês como língua estrangeira em todas as etapas da educação. Tem trabalhado desde 2022 na Subsecretaria de Formação Continuada da SEEDF como formadora na plataforma Moodle. Pesquisadora do Observatório de Práticas Integradas e Políticas Curriculares do Distrito Federal – OPIC-DF – CNPQ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7389-0222>

**** Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal desde 1997. Possui graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário de Brasília. Especialização em Psicopedagogia com Ênfase no Ensino Especial Inclusivo pela Faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia. Mestre em Educação FE/PPGE/UnB na linha de Pesquisa Educação, Tecnologias e Comunicação. Em andamento, Especialização em Gestão de Recursos e Serviços em Tecnologia Assistiva pela UCS. Chefe de Núcleo na Unidade Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação da SEEDF. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Formação Continuada: Educação Inclusiva, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Bilingue para Surdos e Socioeducação (GEPEI- CAEBS) – CNPQ.

Introdução

Este artigo trata-se de um relato de experiência sobre o processo de construção e oferta do primeiro curso de formação voltado aos Educadores Sociais Voluntários (ESVs) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), realizado em fevereiro de 2025. A iniciativa surgiu em resposta à promulgação da Lei nº 7.621, de 18 de dezembro de 2024, que institui o Voluntariado junto ao Serviço Público do Distrito Federal e prevê, entre outras diretrizes, a formação teórica e prática dos ESVs e das equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares, com foco na inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA), síndrome de Down (SD) e outras deficiências.

A atuação voluntária no contexto educacional da SEEDF, no entanto, não é recente. Desde 2013, o voluntariado tem sido utilizado como estratégia de apoio às atividades escolares. O Edital nº 02, de 30 de abril de 2013, por exemplo, abriu seleção para jovens educadores voluntários atuarem no suporte à Educação Integral em diferentes etapas e modalidades de ensino, incluindo o uso de laboratórios de informática em escolas sem oferta de tempo integral.

Segundo Carvalho (2018), ao discutir essa política, o conceito de voluntário se refere a pessoas que atuam de forma espontânea, conforme previsto na Lei nº 9.608/1998, sendo assim juridicamente reconhecidas como sujeitos de direito. No entanto, a autora problematiza a transferência de responsabilidades do Estado para indivíduos, especialmente jovens em situação de vulnerabilidade, ao delegar a eles funções estruturais da escola, como se fossem soluções paliativas para desafios como a falta de profissionais, a superlotação de salas e a precarização do ensino. Essa política, portanto, revela contradições entre o ideal de protagonismo juvenil e a precarização das condições de trabalho e aprendizagem.

Foi apenas em 2020 que o Programa Educador Social Voluntário passou a ser institucionalizado com maior clareza de objetivos e abrangência, deixando de ser voltado exclusivamente ao incentivo ao primeiro emprego entre universitários. A partir desse marco, passou a contemplar a população em geral, com vagas distribuídas entre as 14 Regionais de Ensino, conforme editais publicados anualmente. A mais recente regulamentação ocorreu por meio da Portaria SEEDF nº 1.762, de 26 de dezembro de 2024, que normatiza a atuação dos ESVs nas escolas públicas do DF.

A atuação dos ESVs é regida pelas Leis nº 9.608/1998, 2.304/1999, 3.506/2004 e pelo Decreto nº 37.010/2015, sendo caracterizada como atividade voluntária, sem vínculo empregatício, nem obrigações trabalhistas ou previdenciárias com a SEEDF.

O programa tem como finalidades:

- I. auxiliar estudantes nas atividades da Educação em Tempo Integral, nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- II. apoiar estudantes com deficiência e/ou TEA em tarefas cotidianas como alimentação, locomoção e higienização;
- III. promover a integração de estudantes migrantes internacionais e indígenas falantes de outras línguas; e
- IV. dar suporte às atividades pedagógicas nos Centros Interescolares de Línguas (CILs) parceiros.

A construção e oferta do curso relatado neste artigo surgiu, portanto, como uma ação pioneira e necessária, diante da ampliação do papel dos ESVs nas escolas públicas do DF, especialmente no que diz respeito à educação inclusiva. A experiência descrita a seguir detalha o processo de concepção, planejamento, elaboração dos conteúdos formativos e avaliação do curso, constituindo uma contribuição relevante para futuras ações formativas voltadas à consolidação de políticas públicas mais justas, inclusivas e comprometidas com a participação social.

Desenvolvimento: caracterização do curso

O curso intitulado Noções Básicas para Atuação no Programa Educador Social Voluntário foi a primeira formação voltada especificamente para os Educadores Sociais Voluntários (ESVs) da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Com carga horária de 30 horas, a formação foi ofertada no formato autoinstrucional, por meio do ambiente virtual de aprendizagem da EAPE (Escola de Formação dos Profissionais da Educação), vinculada à Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

O curso foi elaborado pela equipe do Núcleo de Formação para as Modalidades da Educação Básica, com a colaboração de outras áreas da SEEDF: a Diretoria de Educação em Tempo Integral (SUBIN/DEINT) e a Diretoria de Educação Inclusiva e Atendimentos Educacionais Especializados (SUBIN/DEIN). O processo de construção contou ainda com o apoio significativo da sociedade civil, por meio de instituições como o Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB), DF Down, Ápice Down e a Federação Brasileira da Síndrome de Down.

O quantitativo de Educadores Sociais Voluntários previsto para atendimento às instituições educacionais públicas, em 2025, foi de 7.500 vagas, distribuídas entre as Coordenações Regionais de Ensino (CREs). A primeira oferta do curso contou com um total de 10.809 inscritos, conforme registros do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA – utilizado pela EAPE. Os cursistas tiveram o prazo de uma semana para realizar todas as atividades e emitir o certificado, que deveria ser

entregue à unidade escolar como condição obrigatória para participação no programa, conforme previsto no art. 27 da Portaria nº 1.762/2024.

A obrigatoriedade da formação dos Educadores Sociais Voluntários (ESVs) está prevista na Lei nº 7.621/2024, que institui o voluntariado junto ao serviço público do Distrito Federal. A legislação estabelece a necessidade de uma formação teórica e prática tanto para os ESVs quanto para as equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares, com o objetivo de garantir a efetivação de práticas educacionais inclusivas.

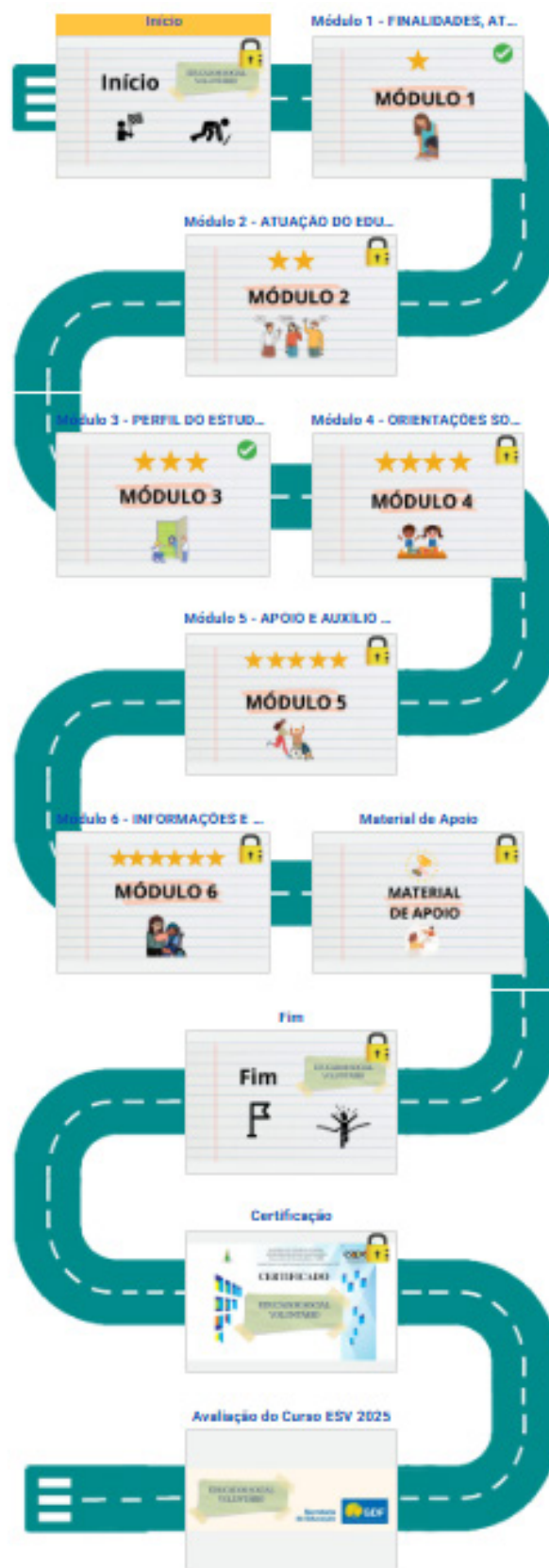
A construção do curso atendeu a essa determinação legal e foi estruturada em uma trilha de aprendizagem composta por seis módulos, apresentados de forma sequencial e progressiva. Para materializar essa estrutura, o AVA Moodle da EAPE/SEEDF (www.eadeape.se.df.gov.br) foi a plataforma escolhida, permitindo condicionar o avanço ao conteúdo seguinte à resolução correta das atividades avaliativas. Cada módulo foi elaborado com base em vídeos, textos, legislações nacionais e relatos de experiências, culminando nessas verificações de etapa (conforme ilustrado na Imagem 1).

A plataforma Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) é um ambiente virtual de aprendizagem de código aberto, amplamente utilizado em instituições educacionais e programas de formação continuada. Criada com foco na flexibilidade pedagógica, possibilita a oferta de cursos *on-line* em diferentes formatos, favorecendo tanto a aprendizagem colaborativa quanto a autoinstrucional. Por sua natureza acessível e adaptável, o Moodle tem sido adotado em larga escala como solução para democratizar o acesso à educação, ampliando oportunidades de formação mesmo em contextos de desigualdade tecnológica. No âmbito da SEEDF, o uso da plataforma foi iniciado em 2010 e ganhou maior centralidade a partir da crise da covid-19 quando, em 2020, passou a ser amplamente utilizada pela EAPE para a realização das formações continuadas.

Ao término da primeira oferta, a plataforma registrou a emissão de 7.711 certificados, e 4.575 cursistas participaram da avaliação final, evidenciando grande adesão à proposta formativa.

Contudo, a realização da formação inicial não elimina a necessidade de aprofundar o debate sobre a relação entre a organização pedagógica escolar e o modo de produção vigente. A tensão entre educação e trabalho – marcada pela busca por maior produtividade, alta qualidade e menor custo – se reflete nas expectativas depositadas sobre os voluntários. Espera-se deles o desenvolvimento de habilidades e competências como flexibilidade, rápida adaptação, solução de problemas, agilidade e subordinação ao formato acadêmico, características que se aproximam dos perfis valorizados pelo setor produtivo (Carvalho, 2018).

Imagem 1 – Trilha de aprendizagem do curso Noções Básicas para Atuação no Programa Educador Voluntário Social



Fonte: imagem retirada da plataforma moodle da EAPE.

Além disso, chama atenção o fato de que tais competências estão centradas em comportamentos e atitudes individuais, de caráter genérico e universal, tornando-se exigências amplamente desejáveis, mas pouco definidas: uma determinação pela indeterminação. Isso aponta para um desafio importante: a necessidade de repensar o papel do voluntariado nas políticas públicas, de modo que ele não reforce lógicas de precarização, mas contribua efetivamente para a inclusão e valorização da diversidade nas escolas públicas.

A seguir, apresentam-se os módulos e seus respectivos conteúdos:

Módulo 1 – Introdução

- Apresentação dos objetivos, atribuições e papel do ESV na educação em tempo integral e na educação especial;
- Conceito de educação especial na perspectiva da educação inclusiva;
- Legislação relacionada: LBI (Lei nº 13.146/2015), Portaria nº 1.762/2024 e Lei nº 7.621/2024;
- Papel do ESV na educação em tempo integral.

Módulo 2 – Conhecendo as deficiências

- Deficiências física, visual, auditiva e intelectual;
- Transtorno do espectro autista (TEA) e outras condições do neurodesenvolvimento;
- Barreiras atitudinais, de comunicação e enfrentamento ao capacitismo;
- Noções básicas de segurança no ambiente escolar.

Módulo 3 – Apoio à alimentação de estudantes com deficiência

- Orientações sobre nutrição e restrições alimentares;
- Técnicas para auxiliar na alimentação e estímulo à autonomia;
- Manejo em casos de disfagia;
- Higienização antes e após as refeições.

Módulo 4 – Apoio à locomoção, higiene e cuidados básicos

- Técnicas de transferência e deslocamento com segurança;
- Adaptação de espaços escolares para acessibilidade;
- Procedimentos de higiene pessoal e apoio em necessidades específicas;

- Cuidados em ambientes coletivos e higienização de materiais.

Módulo 5 – Ética, empatia, comunicação e cuidado

- Respeito à individualidade e privacidade;
- Estratégias de comunicação com estudantes não verbais;
- Relação com a família e equipe pedagógica;
- Postura ética e compreensão do caráter rotativo da função.

Módulo 6 – Educação em e para os direitos humanos e diversidade: estudantes migrantes internacionais e indígenas

- Conceitos e legislações sobre migração (Lei nº 13.445/2017, entre outras);
- Educação indígena e respeito à diversidade cultural;
- Papel do ESV na mediação intercultural e no acolhimento escolar.

Ao final do curso, os participantes receberam um material de apoio complementar e puderam emitir o certificado de conclusão, desde que tivessem cumprido todos os requisitos de avaliação. A proposta metodológica adotada garantiu uma formação fundamentada, acessível e diretamente alinhada às atribuições previstas no programa, contribuindo para o fortalecimento da atuação dos ESVs na promoção da inclusão e do cuidado nas escolas públicas do Distrito Federal.

Metodologia

A metodologia adotada consistiu na aplicação de um questionário *on-line*, composto por questões estruturadas e de natureza fechada, disponibilizado dentro da trilha de aprendizagem da plataforma Moodle. As respostas obtidas foram submetidas a uma análise estatística descritiva, possibilitando a sistematização e a interpretação dos dados quantitativos, bem como a consideração de elementos qualitativos emergentes das percepções dos cursistas.

Apresentação e discussão dos dados

A partir da avaliação respondida por 4.575 cursistas, o que representa aproximadamente 59,3% do total de 7.711 certificados emitidos pela plataforma, foi possível coletar informações relevantes acerca do perfil dos participantes e de sua percepção em relação à formação ofertada. Os dados analisados revelam importantes aspectos sociais, educacionais e geracionais que contribuem para

compreender o alcance e os desafios do Programa ESVs no contexto do Distrito Federal.

Perfil etário dos cursistas

A faixa etária dos participantes variou entre 17 e 72 anos, conforme demonstra o gráfico 1. Observou-se uma concentração significativa de cursistas entre os 18 e 30 anos, seguida por um grupo expressivo na faixa dos 40 aos 50 anos. Essa distribuição etária evidencia a diversidade do público atendido pela formação e revela duas tendências distintas.

Por um lado, destaca-se a participação de jovens, possivelmente recém-saídos do Ensino Médio ou em fase inicial da graduação, que veem no voluntariado uma oportunidade de adquirir experiência profissional reflexo de uma memória coletiva construída a partir dos editais de programas anteriores voltados ao primeiro emprego.

Por outro lado, nota-se uma presença significativa de adultos entre 40 e 50 anos, muitos em situação de desemprego ou subemprego, que encontram na atividade voluntária uma forma de reinserção social e de enfrentamento das dificuldades econômicas. Essa heterogeneidade etária reforça a necessidade de que as formações considerem os diferentes perfis e expectativas dos cursistas, tanto em seus conteúdos quanto nas estratégias pedagógicas adotadas.

É importante destacar também a presença de pessoas com mais de 60 anos entre os cursistas. Um exemplo é o

caso de Dona Joana (nome fictício), uma senhora de 69 anos que procurou pessoalmente o Núcleo de Formação para as Modalidades da Educação Básica (NMEB) da EAPE para orientação. Sem acesso à internet ou a equipamentos digitais, Dona Joana contou com o apoio da equipe da EAPE, que disponibilizou um laptop para que ela pudesse realizar o curso. Após passar a manhã estudando, concluiu a formação com empenho e dedicação. Em seu relato, compartilhou sua experiência de mais de cinco anos atuando como voluntária em um Centro de Educação Infantil, realizando tarefas essenciais como higiene e alimentação de crianças com deficiência – funções muitas vezes negligenciadas por outros profissionais.

A história de Dona Joana revela tanto a potência quanto os limites da política de voluntariado. Embora represente uma forma concreta de inclusão social e valorização da experiência comunitária, também evidencia contradições relacionadas ao acesso desigual às tecnologias da informação, à conectividade e aos meios digitais. Nesse sentido, o Programa ESV cumpre um papel importante, mas expõe a necessidade de políticas públicas que articulem formação, inclusão digital e proteção social.

Perfil de gênero dos cursistas

Os dados relativos ao perfil de gênero dos participantes indicam uma expressiva predominância de pessoas do sexo feminino, representando 90,4% do total, enquanto os homens corresponderam a apenas

Gráfico 1 – Distribuição de cursistas por faixa etária



Fonte: Dados internos da EAPE sobre a avaliação do curso ESV na plataforma Moodle

9,6%. Essa distribuição revela um padrão recorrente nas áreas de cuidado, assistência social e educação especial, nas quais tradicionalmente se observa uma maior participação de mulheres.

A expressiva presença feminina entre os participantes do curso reflete a histórica feminização das profissões ligadas ao cuidado e à educação, conforme apontam estudos como os de Rabelo (2016) e Lopes e Silva (2021), que destacam como essas áreas são socialmente construídas como extensões do papel tradicional da mulher na sociedade. Na Educação Especial, essa tendência é ainda mais acentuada, uma vez que o cuidado com pessoas com deficiência é frequentemente associado a valores como sensibilidade, paciência e altruísmo – qualidades socialmente atribuídas ao feminino.

Além disso, segundo Skliar (2003), a intersecção entre gênero e deficiência evidencia importantes assimetrias de poder e expectativas sociais, que podem reforçar estereótipos e limitar a diversidade de perfis profissionais atuando na área. A predominância feminina, embora revele o compromisso e o protagonismo das mulheres na promoção de práticas inclusivas, também evidencia a necessidade de problematizar a baixa participação masculina, que pode refletir barreiras culturais, estigmas ou uma visão limitada sobre o papel dos homens em contextos de cuidado e educação inclusiva.

Nesse sentido, a análise sugere a importância de políticas e estratégias de formação que, além de qualificarem os profissionais, promovam uma reflexão crítica

sobre as questões de gênero na Educação Especial, incentivando uma maior participação de homens e desconstruindo estereótipos que ainda persistem no campo educacional.

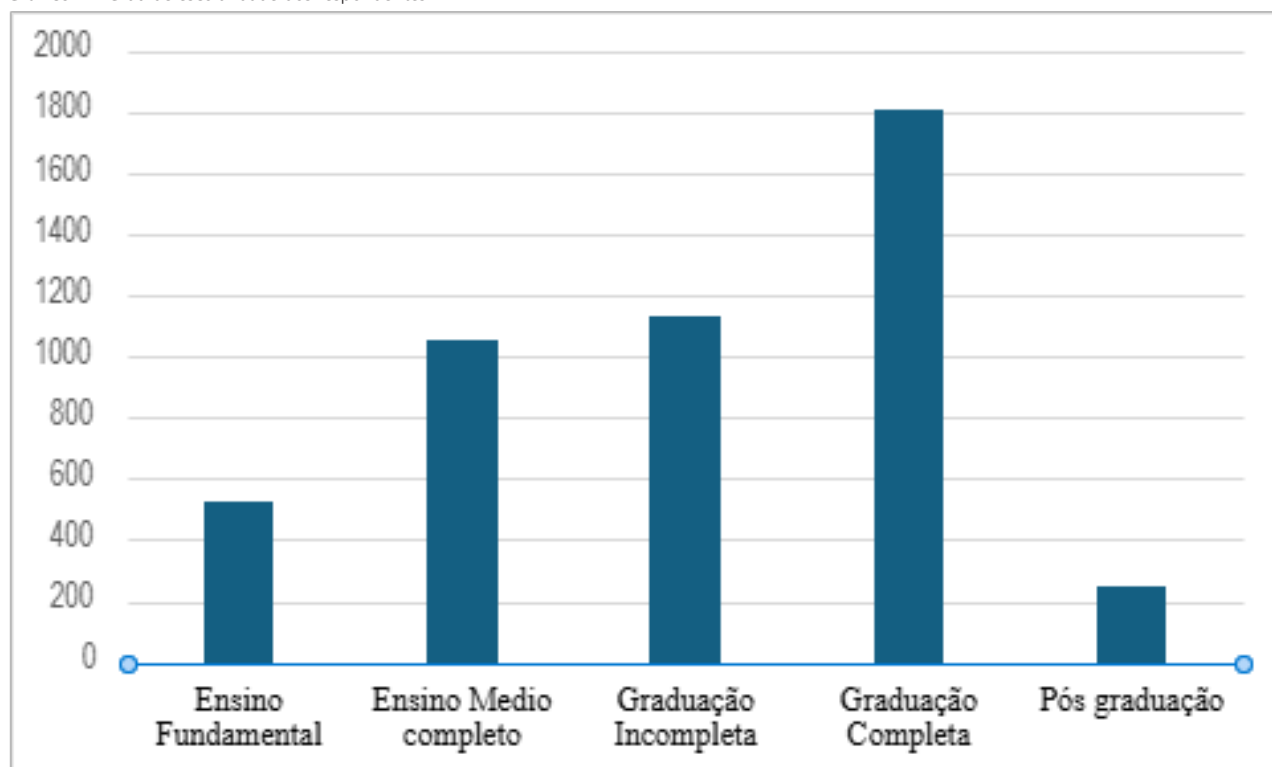
Grau de escolarização dos cursistas

Outro dado relevante se refere à escolarização dos participantes, conforme apresentado no gráfico 2. Identificou-se que: 40,1% possuíam graduação completa; 25% estavam com a graduação em andamento; 23,3% tinham Ensino Médio completo. Além disso, entre os participantes, 245 cursistas informaram possuir especialização, 5 relataram ter mestrado e 1 declarou possuir doutorado.

Os dados evidenciam um fenômeno recorrente no DF e em diversas regiões do país: o desemprego atinge também indivíduos com elevado grau de escolarização, desconstruindo a concepção tradicional de que a graduação é garantia de inserção no mercado de trabalho¹. O cenário atual é caracterizado por uma precarização das relações trabalhistas, aumento da informalidade e diminuição das oportunidades formais de emprego, especialmente em setores como a educação e o serviço público, que historicamente absorviam grande parte dos profissionais graduados.

Nesse contexto, observa-se que muitas pessoas com formação superior, inclusive na área educacional, buscam alternativas para garantir sua subsistência, seja por meio de

Gráfico 2 – Grau de escolaridade dos respondentes



Fonte: dados EAPE avaliação do curso

programas de formação, estágios, atividades temporárias ou mesmo iniciativas voluntárias que possam agregar valor ao seu currículo e ampliar suas possibilidades de reinserção no mercado de trabalho. A participação no Programa ESV, por exemplo, revela essa movimentação estratégica: profissionais buscam não apenas um espaço para atuação prática, mas também uma forma de permanecerem ativos, atualizados e visíveis no campo profissional. Esse fenômeno reflete a lógica da “modernidade líquida”, conforme analisada por Bauman (2001), que ilustra as mudanças na estabilidade dos vínculos empregatícios e a necessidade de flexibilidade e adaptação constantes por parte dos trabalhadores.

As publicações de Ainscow (2005) e Echeita e Ainscow (2011) enfatizam que a educação inclusiva não depende exclusivamente de mudanças estruturais ou políticas, mas sobretudo da capacidade dos profissionais — formais ou voluntários — de desenvolverem competências para identificar e eliminar barreiras à participação e à aprendizagem. Nesse sentido, a busca desses voluntários por formação avançada pode ser compreendida como uma estratégia de fortalecimento de práticas inclusivas, alinhando-se à visão de Ainscow sobre a importância do desenvolvimento profissional contínuo e colaborativo como elemento-chave para transformar culturas escolares, práticas pedagógicas e políticas educacionais. Além disso, essa qualificação especializada amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, especialmente em contextos educacionais que demandam profissionais preparados para atuar na interface entre o apoio pedagógico e as especificidades das deficiências, contribuindo para a construção de ambientes mais equitativos e responsivos às necessidades de todos os alunos.

Além disso, a elevada escolarização do público participante reforça a necessidade de que os programas formativos sejam pautados pela qualidade, respeitando os saberes prévios dos cursistas e valorizando sua trajetória educacional de formação, conforme aponta Tardif (2002). Não se trata de partir do pressuposto de desconhecimento, mas de potencializar competências já adquiridas, ao mesmo tempo em que se democratiza o acesso ao conhecimento para aqueles que possuem menor familiaridade com determinados conteúdos.

Por outro lado, o perfil diversificado do público – que inclui tanto graduados quanto pessoas com outras formações ou experiências – impõe um desafio: construir percursos formativos acessíveis, dialógicos e inclusivos, capazes de acolher diferentes expectativas e níveis de conhecimento. A presença de profissionais qualificados no Programa ESV aponta ainda para outra dimensão importante: o desejo de engajamento em ações de impacto social, o que demonstra que, para além da busca por sustento, há também um movimento ético e político de contribuir com a sociedade. Esse tipo de

engajamento pode ser compreendido à luz do conceito de capital social, desenvolvido por Putnam (1996), que destaca a importância das redes de cooperação e confiança mútua na promoção de ações coletivas e no fortalecimento da coesão social.

Em síntese, o desemprego e a precarização das condições de trabalho no DF impulsionam indivíduos altamente escolarizados a buscarem alternativas para gerar renda e manter-se ativos profissionalmente. Isso reafirma a importância das políticas públicas de formação continuada, que devem ser pensadas não apenas como um meio de atualização técnica, mas como uma estratégia de fortalecimento da cidadania, promoção da empregabilidade e valorização do potencial transformador da educação. Esse entendimento dialoga com a perspectiva de Saviani (2008), para quem a educação deve ser concebida como um instrumento fundamental para a democratização social e o enfrentamento das desigualdades, ao articular formação humana e qualificação para o trabalho.

Essas informações reforçam a necessidade de uma política pública que reconheça o caráter multifacetado do voluntariado educacional: um espaço de formação, de atuação solidária e, sobretudo, de reconhecimento das trajetórias diversas que compõem a comunidade escolar.

Percepção dos cursistas sobre o conteúdo do curso

Quando questionados sobre a qualidade do conteúdo ofertado na formação, os dados do gráfico 3 revelam uma avaliação amplamente positiva por parte dos cursistas. 77% dos respondentes classificaram o curso como excelente, destacando que o conteúdo foi muito relevante e aprofundado, o que demonstra a pertinência da proposta pedagógica em relação às necessidades do público-alvo.

Além disso, 19,2% avaliaram o curso como bom, reconhecendo a qualidade do material, embora tenham apontado que alguns temas poderiam ser mais detalhados. Já 3,4% dos cursistas atribuíram ao conteúdo a classificação regular, considerando-o útil, porém com lacunas no aprofundamento de temas importantes para a atuação prática como Educador Social Voluntário.

Ao estabelecer uma relação entre a elevada escolarização dos participantes e a avaliação positiva do curso como “excelente”, identifica-se o reconhecimento da qualidade da formação, tanto na sua estrutura quanto na escolha dos conteúdos, sugerindo que o curso conseguiu dialogar de forma adequada com um público que já possui uma trajetória acadêmica consolidada. Esse aspecto reforça a necessidade, apontada por Tardif (2002), de que os programas formativos considerem os saberes prévios dos cursistas, não partindo do pressuposto de desconhecimento, mas, ao contrário, potencializando competências já adquiridas.

A qualificação elevada do grupo implica um desafio formativo: ofertar conteúdos que respeitem e valorizem a bagagem dos participantes, ao mesmo tempo em que promovem a democratização do conhecimento, especialmente para aqueles com menor familiaridade com determinadas temáticas. A avaliação positiva do curso sugere que essa meta foi, em grande medida, alcançada. No entanto, as sugestões de melhoria indicam que, mesmo em um público altamente escolarizado, a diversidade de experiências e as expectativas demandam atenção constante dos organizadores. Assim, a escuta ativa e a avaliação contínua aparecem como estratégias imprescindíveis para garantir a pertinência e a efetividade das próximas edições da formação, assegurando que a qualidade percebida seja mantida ou ampliada.

Desse modo, a articulação entre o alto grau de escolarização e a avaliação excelente do curso evidencia que a excelência formativa não se resume à transmissão de conteúdos, mas envolve a capacidade de reconhecer, respeitar e mobilizar os saberes e trajetórias formativas dos cursistas, promovendo um ambiente de aprendizagem significativo e dialógico (Saviani, 2008).

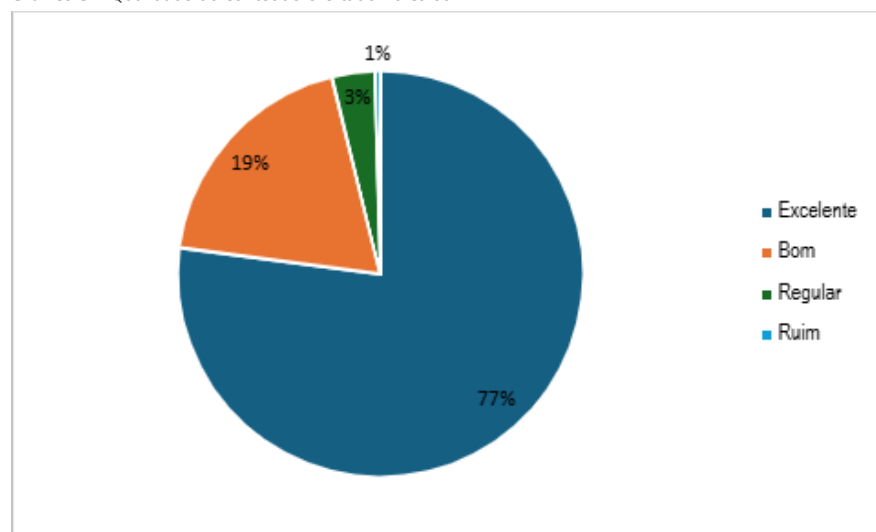
Expectativas em relação à formação para a atuação como Educador Social Voluntário

A avaliação dos cursistas sobre o quanto a formação atendeu às suas expectativas revela uma percepção amplamente positiva como evidenciado no gráfico 4. Para a maioria expressiva dos respondentes, o curso não apenas cumpriu seu papel formativo, mas superou as expectativas.

72,2% dos cursistas afirmaram que o curso atendeu totalmente, destacando que a formação foi completa e superou suas expectativas. Esse dado demonstra o reconhecimento da relevância e aplicabilidade do conteúdo para o exercício da função de Educador Social Voluntário.

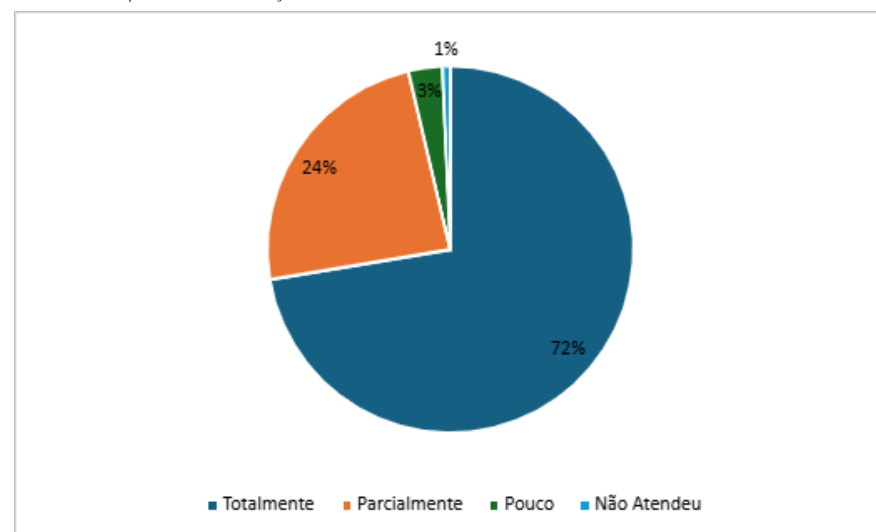
24,1% avaliaram que o curso atendeu parcialmente à maioria de suas expectativas, sugerindo que, embora

Gráfico 3 – Qualidade do conteúdo ofertado no curso



Fonte: dados EAPE avaliação do curso

Gráfico 4 – Expectativas em relação ao curso



Fonte: dados EAPE avaliação do curso

tenham considerado o conteúdo válido, perceberam a possibilidade de ajustes ou complementações em determinados aspectos.

Uma parcela menor, 3%, considerou que o curso atendeu pouco às suas expectativas, enquanto 0,7% declararam que a formação não atendeu às suas expectativas.

Esses resultados indicam um alto nível de satisfação entre os participantes, o que denota a relevância social e pedagógica da proposta formativa. Todavia, mesmo diante de índices positivos, é necessário atentar para as críticas apontadas por uma parcela minoritária dos cursistas, que sugerem pontos de melhoria importantes para a qualificação das próximas edições.

Esse fenômeno pode ser interpretado à luz da concepção de “modernidade líquida” formulada por Bauman (2001), na qual as relações sociais, profissionais e institucionais tornam-se cada vez mais fluídas, instáveis e

marcadas pela necessidade de adaptação constante. A elevada satisfação com a formação pode ser compreendida como uma resposta dos sujeitos a essas transformações: em um contexto em que as exigências de atualização profissional são incessantes, os cursos de formação continuada assumem o papel de mecanismos imprescindíveis para que os trabalhadores da educação se mantenham integrados às novas demandas institucionais e sociais.

Por outro lado, essa lógica de flexibilidade e constante atualização, típica da modernidade líquida, pode também acarretar processos de precarização do trabalho docente, na medida em que a busca por qualificação se dá, muitas vezes, de forma fragmentada e instrumental. Nesse sentido, a análise crítica não pode se limitar aos índices de satisfação, devendo problematizar as condições estruturais que motivam a adesão massiva a tais formações e as formas como elas se configuram.

Neste ponto, torna-se pertinente mobilizar a concepção de educação defendida por Saviani (2008), para quem a formação não deve ser entendida apenas como instrumento de adaptação às exigências do mercado, mas, sobretudo, como um meio de superação das desigualdades sociais e de promoção da emancipação humana. Saviani propõe uma educação que articule, dialeticamente, a formação humana e a qualificação para o trabalho, possibilitando aos sujeitos não apenas responder às demandas imediatas do sistema produtivo, mas também intervir criticamente na sociedade e nas condições que determinam sua inserção profissional.

Assim, ao relacionar os dados da pesquisa com as reflexões de Bauman e Saviani, compreende-se que o alto nível de satisfação dos cursistas não deve ser interpretado de maneira acrítica ou meramente celebratória. Ao contrário, esse resultado precisa ser problematizado como expressão das dinâmicas contraditórias que caracterizam o mundo do trabalho contemporâneo: de um lado, a valorização da formação como espaço de desenvolvimento profissional e pessoal; de outro, a necessidade de pensar a educação continuada como um processo que ultrapasse a mera adaptação funcional e contribua para a construção de práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e socialmente comprometidas.

Avaliação do material didático utilizado no curso

Em relação à utilidade do material didático disponibilizado — incluindo vídeos, slides, textos e atividades — os cursistas demonstraram um alto grau de satisfação. A maioria expressiva, 90,5%, respondeu que o material foi muito útil e complementou bem o conteúdo do curso. Esse resultado reforça a qualidade dos recursos pedagógicos utilizados e sua contribuição efetiva para o processo de aprendizagem.

Por outro lado, 8,8% dos respondentes indicaram que o material foi útil, mas sentiram falta de materiais complementares. Essa observação aponta para a possibilidade de enriquecimento do curso por meio da inclusão de recursos adicionais, como estudos de caso, vídeos com práticas exemplares, depoimentos de educadores sociais em atuação ou sugestões de leitura ampliada.

Os dados relativos ao material didático indicam uma avaliação majoritariamente positiva, demonstrando que os recursos utilizados atenderam de forma adequada às necessidades do público-alvo e contribuíram para a realização dos objetivos formativos. No entanto, as sugestões de uma parcela dos participantes revelam a importância de ampliar a diversidade e a profundidade dos materiais, de modo a tornar a formação ainda mais enriquecedora e alinhada às distintas expectativas e contextos profissionais dos cursistas, potencializando, assim, sua efetividade e alcance.

Abordagem da inclusão e diversidade no curso

A avaliação dos cursistas quanto à abordagem da inclusão e da diversidade no contexto da educação social também apresentou resultados bastante positivos. Para 81,6% dos respondentes, o curso foi bem abrangente, abordando de forma clara e consistente diversos aspectos da inclusão e diversidade. Isso reforça a importância da temática no processo formativo e aponta que a proposta pedagógica foi assertiva ao tratá-la como um eixo central da atuação do Educador Social Voluntário.

17,2% dos cursistas consideraram que a abordagem foi positiva, mas poderia ter aprofundado mais alguns temas específicos, sugerindo a necessidade de maior detalhamento em tópicos como inclusão de estudantes indígenas, acolhimento de migrantes, ou estratégias práticas voltadas à atuação cotidiana nas unidades escolares.

Já 1,1% indicou que a abordagem foi superficial, o que, embora represente uma parcela pequena dos participantes, sinaliza a importância de manter uma escuta ativa e atenta às diferentes percepções para garantir maior efetividade nas próximas formações.

Os resultados demonstram que a maioria dos participantes reconheceu o compromisso do curso com uma abordagem inclusiva, o que reforça sua consonância com os princípios da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Contudo, as sugestões dos cursistas, que apontam para a necessidade de maior profundidade e diversidade nos conteúdos, evidenciam a importância de uma revisão contínua e crítica da proposta formativa.

Nesse sentido, é pertinente mobilizar as contribuições de Mantoan (2006), que defende a educação inclusiva como um processo em constante construção, exigindo a superação de práticas pedagógicas homogêneas e o reconhecimento da singularidade dos sujeitos. Soma-se

a isso a reflexão de Tardif (2002), que destaca a importância do conhecimento profissional acumulado e da experiência dos educadores como elementos fundamentais para a construção e renovação dos saberes na formação continuada. Além disso, Echeita Sarrionandia e Ainscow (2011) enfatizam que a educação inclusiva requer um esforço sistemático para identificar e eliminar barreiras à participação e à aprendizagem, promovendo ambientes educativos mais equitativos e responsivos.

Assim, a análise crítica desses resultados sugere que, embora o curso avance na promoção de uma cultura inclusiva, é imprescindível aprofundar a diversidade dos conteúdos e metodologias, valorizando as contribuições dos próprios profissionais e garantindo o atendimento qualificado às múltiplas necessidades educacionais dos contextos em que atuam.

Percepção de preparo para a atuação como Educador Social Voluntário

Ao serem questionados sobre o quanto se sentem preparados para atuar como Educadores Sociais Voluntários após a conclusão do curso, os dados revelam um alto índice de confiança entre os participantes. Para 80,5% dos cursistas, a formação foi suficiente para que se sintam completamente preparados para iniciar sua atuação nas unidades escolares da rede pública do Distrito Federal.

Esse resultado evidencia o êxito da proposta formativa em fornecer subsídios teóricos e práticos consistentes, capazes de preparar os voluntários para os desafios do cotidiano escolar no apoio a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, síndrome de Down, migrantes e indígenas.

Por outro lado, 19,1% afirmaram que, embora se sintam preparados, ainda percebem a necessidade de mais prática para consolidar a atuação. Essa resposta indica que a formação inicial foi bem recebida, mas também sugere a importância de ações de acompanhamento e formação continuada, que possibilitem o aprofundamento e a troca de experiências ao longo da vivência prática.

Os dados, ao indicarem um alto índice de confiança dos participantes em relação à sua preparação para atuar como ESVs após a conclusão do curso, demonstram a relevância da formação como um ponto de partida significativo para a prática inclusiva. No entanto, à luz das reflexões de Ainscow (2005), é fundamental compreender que a preparação inicial, embora essencial, não é suficiente para garantir práticas inclusivas efetivas e sustentáveis. Ainscow defende que o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos depende de processos contínuos de aprendizagem profissional, colaboração e reflexão crítica no interior das instituições.

Assim, a proposta de estratégias complementares, como apoio em serviço, oficinas práticas e rodas de conversa entre os ESVs e as equipes pedagógicas, alinha-se à

concepção de que a construção de competências inclusivas ocorre em ambientes colaborativos, nos quais as experiências práticas são valorizadas e analisadas coletivamente. Dessa forma, a análise sugere que o fortalecimento da atuação dos ESVs requer não apenas a oferta de cursos iniciais, mas também a criação de espaços permanentes de formação, apoio mútuo e diálogo, como condição para a transformação das práticas educativas e para a superação das barreiras que ainda limitam a participação plena de alunos com deficiência.

Considerações finais

A experiência de elaboração e a implementação do curso Noções Básicas para Atuação no Programa Educador Social Voluntário representam um avanço significativo na construção de uma política pública de formação inicial para voluntários que atuarão com estudantes em situação de vulnerabilidade, especialmente aqueles com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA), síndrome de Down, migrantes e indígenas. Os dados de participação e avaliação evidenciam um elevado grau de satisfação entre os cursistas, o que demonstra a relevância do conteúdo e da proposta pedagógica adotada.

Contudo, essa experiência também revela contradições importantes que merecem ser discutidas criticamente. A transferência de responsabilidades estruturais do Estado para indivíduos voluntários – ainda que altamente capacitados – levanta preocupações sobre o uso do voluntariado como solução paliativa para problemas sistêmicos da educação pública, como a falta de profissionais, a superlotação de salas de aula e a precarização do ensino. A política, portanto, tensiona o ideal de atendimento educacional especializado e inclusivo com a realidade precarizada das condições de trabalho e aprendizagem.

Além disso, a análise do perfil dos participantes revela dois fenômenos sociais importantes. Primeiro, a intersecção entre gênero e deficiência expõe desigualdades de poder e expectativas sociais que tendem a reforçar estereótipos e limitar a diversidade profissional na área, ainda marcada pela predominância feminina. Embora esse dado evidencie o protagonismo das mulheres na promoção de práticas inclusivas, também aponta para a necessidade de ampliar a participação de diferentes perfis. Segundo, observa-se uma presença significativa de pessoas com elevado nível de escolarização, muitas com ensino superior completo ou em andamento, que, diante do desemprego ou da precarização do trabalho, recorrem à formação continuada e ao voluntariado como formas de se manterem ativas e ampliarem suas chances de inserção ou reinserção profissional.

Esse cenário reforça ainda mais a importância de políticas públicas de formação que respeitem e potencializem os saberes prévios dos cursistas, mas que também sejam

acessíveis aos que possuem menor familiaridade com os conteúdos e com as tecnologias educacionais. A elevada escolarização dos participantes não elimina, portanto, os desafios relacionados ao acesso e à permanência em processos formativos mediados digitalmente.

Por outro lado, a busca de muitos desses profissionais pelo Programa ESV também revela estratégias de engajamento social e de fortalecimento do capital social, na medida em que o voluntariado funciona como espaço de manutenção de redes, desenvolvimento de competências e visibilidade profissional.

Esse cenário evidencia a necessidade urgente de aprofundar o debate sobre a relação entre a organização pedagógica escolar e o modo de produção vigente. A expectativa de que os voluntários assumam tarefas complexas com base em atributos como flexibilidade, adaptabilidade, agilidade e subordinação ao formato acadêmico os aproxima de perfis típicos do setor produtivo. Trata-se de uma lógica que transforma competências individuais – genéricas e amplamente desejáveis – em pré-requisitos quase naturais, gerando uma “determinação pela indeterminação”, que normaliza a ausência de direitos sob o discurso da oportunidade.

Além das tensões estruturais, o processo formativo também escancarou desigualdades no acesso à tecnologia, à educação formal e aos recursos digitais, comprometendo a efetividade de uma formação exclusivamente autoinstrucional. Muitos cursistas relataram dificuldades para acessar a plataforma, o que evidencia a urgência de

políticas públicas voltadas à ampliação da conectividade e à democratização do acesso digital, sobretudo para os segmentos mais vulneráveis da população.

Outro desafio relevante está na necessidade de aprofundamento de conteúdos específicos, como práticas inclusivas no cotidiano escolar e estratégias de acolhimento intercultural. A ausência de espaços de interação, tutoria e escuta foi apontada como uma fragilidade da proposta, limitando o desenvolvimento de competências mais complexas e necessárias para a atuação cotidiana dos ESVs.

Relatos como o de Dona Joana, cursista de 69 anos, ilustram as contradições de um programa que, ao mesmo tempo em que oferece inserção social e formação, pode camuflar formas de precarização do trabalho sob o rótulo do voluntariado. Essas evidências demandam do poder público um olhar sensível e comprometido com as reais condições de vida desses sujeitos.

Dessa forma, a avaliação do curso não apenas valida a experiência como positiva e necessária, mas também convoca a SEEDF, a EAPE, o GDF e demais atores envolvidos a repensarem o modelo formativo, instituírem mecanismos de acompanhamento contínuo, garantirem condições tecnológicas e, sobretudo, alinhá-los aos princípios da justiça social, da equidade e da valorização do trabalho educativo. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva passa, necessariamente, pela valorização e acompanhamento de todos os sujeitos que nela atuam – voluntariamente ou não. ■

Notas

- ¹ Aspecto sobre o qual Bourdieu (1998) já alertava ao desenvolver os conceitos de capital cultural e capital escolar.

Referências bibliográficas

AINSCOW, Mel. Developing inclusive education systems: what are the levers for change? **Journal of Educational Change**, v. 6, n. 2, p. 109-124, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 19 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm. Acesso em: 14 de abril de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 100, p. 1, 25 maio 2017.

BRÁSILIA (Distrito Federal). Secretaria de Estado de Educação. **Editais nº 02, de 30 de abril de 2013**. Seleção de jovens educadores voluntários para atuação na Educação Integral. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 2013.

BRÁSILIA (Distrito Federal). Secretaria de Estado de Educação. **Portaria nº 1.762, de 26 de dezembro de 2024**. Institui o Programa Educador Social Voluntário. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 2024.

- BRASÍLIA (Distrito Federal). Governo do Distrito Federal. **Lei nº 7.621, de 18 de dezembro de 2024**. Institui o Voluntariado junto ao Serviço Público do Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CARVALHO, Fabíola Gomide Baquero. Jovens educadores: voluntariado e protagonismo. **Revista Lusófona de Educação**, [S. l.], n. 41, p. 207–224, 2018. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br/index.php/RL/article/view/5382>. Acesso em: 14 de abril de 2025.
- DISTRITO FEDERAL. Lei Distrital nº 2.304, de 10 de janeiro de 1999. Dispõe sobre o serviço voluntário no âmbito do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 1999.
- DISTRITO FEDERAL. Lei Distrital nº 3.506, de 15 de dezembro de 2004. Altera a Lei nº 2.304/1999, que dispõe sobre o serviço voluntário. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 2004.
- DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 37.010, de 16 de dezembro de 2015. Regulamenta a prestação do serviço voluntário no âmbito da administração pública do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 2015.
- ECHEITA SARRIONANDIA, Gerardo; AINSCOW, Mel. Inclusión educativa: cuando el desarrollo de políticas necesita de la investigación y de la práctica. **Revista de Educación**, Madrid, n. 355, p. 15-38, 2011.
- LOPES, Denise Leite; SILVA, Roberta Pires de Oliveira. Gênero e a feminização das profissões: reflexões sobre a docência e o cuidado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, e260047, 2021.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 10. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RABELO, Maria Lúcia Bastos. Cuidado e gênero: uma reflexão sobre a feminização do trabalho na educação infantil. **Revista Pro-Posições**, v. 27, n. 2, p. 67-82, 2016.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SKLIAR, Carlos. **A diferença surda: uma pedagogia a ser (in)ouvida**. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.